

Notas para estudo das imagens de índios Potiguara

João Martinho Braga de Mendonça (PPGA-UFPB-AVAEDOC/PB)¹

Resumo: Esse artigo tem por objetivo fornecer um breve relato e algumas reflexões acerca de experiências de pesquisa com imagens dos índios Potiguara. Parte-se do levantamento de imagens pré-existentes para chegar às diversas produções atuais que mostram aspectos da realidade indígena do Litoral Norte da Paraíba. Diversos métodos são empregados, desde levantamentos em acervos públicos e particulares até histórias de vida e elicitación por imagens. Assim, experiências e imagens relacionadas a diversas aldeias servem de base para uma reflexão que busca analisar as diferentes intenções, significados e posições ocupadas pelos sujeitos envolvidos. Conclui-se, ao longo do percurso, que a pesquisa levou à abertura de um campo imagético específico, a partir do qual várias questões podem ser elaboradas no sentido de um entendimento mais amplo das práticas e das expectativas dos Potiguara acerca do papel das imagens em suas vidas. **Palavras-chave:** índios Potiguara; imagens; memória; acervos

Notes to study the images of Potiguara indigenous people

Abstract: This article has the goal to supply a brief report and some reflections on researching experiences with Potiguara images. We start from the pre-existing images to current productions that show the indigenous people of northeast of state of Paraíba-Brazil. Several methods have been used since the research on public and private archives as well as lifestories and image elicitation. Thus, the experiences and collected pictures related to various villages make the basis to analyze and reflect on intentions, meanings and positions of the people involved. We came to the conclusion that this research led us to open a specific image field where our questions could be further developed to a better understanding of the practice and expectations of these people in relation to the roles of images in their lives.

Key words: Potiguara; images; memory; archives

Introdução

É comum ouvirmos, nas rádios da região que envolve o município de Rio Tinto no litoral norte da Paraíba, notícias sobre o patrimônio da extinta Companhia de Tecidos Rio Tinto. Tal patrimônio é composto, principalmente, por casas e outras edificações construídas na primeira metade do século, a partir de 1917, quando a antiga Fábrica de Tecidos iniciava a construção de suas instalações. A região, até então rural, conheceu uma nova etapa de seu desenvolvimento. Diversos conflitos se originaram do fato de que o local escolhido para a instalação da Fábrica: um engenho de cana de açúcar que ficava bem ao lado de um antigo aldeamento de índios Potiguara. Para o pesquisador Estevão Palitot (2005:108):

A instalação da CTRT nas terras indígenas, a construção da fábrica e da cidade criaram uma estrutura de poder que enfeixou todos os aspectos da vida social nesta região durante mais de cinco décadas. A cidade de Rio Tinto é produto da fábrica, que com sua crescente demanda por terras, madeira e mão-de-obra transformou

¹ Professor Adjunto nos cursos de Antropologia da UFPB (Campus IV/Rio Tinto). Email: bragamt@ccaef.ufpb.br

completamente o cenário da antiga sesmaria dos índios de Monte-Mór a partir da década de 1920.

No século XIX havia, dali, somente referências a antigos aldeamentos e engenhos outrora instalados. No século XX, o local passou a abrigar um parque industrial (ao lado do qual fora construída a vila operária) que chegou a empregar mais de dez mil trabalhadores ainda na primeira metade do século², inclusive indígenas bem como famílias de trabalhadores rurais saídos do interior da Paraíba e de outros estados³. A área rural foi, então, progressivamente urbanizada ao longo desse tempo, de modo que a vila operária constituiu, a partir daí, a base para a conquista do status de município em 1956. A partir dos anos 60, diversos fatores levaram ao declínio dos negócios e ao progressivo fechamento das unidades fabris instaladas (Panet, 2002:38-39).

Com a constituição de 1988 e a progressiva consolidação dos direitos indígenas sobre diversas áreas no litoral norte, territórios e edificações antes pertencentes ao patrimônio da fábrica, definitivamente desativada desde 1983, passaram ao domínio indígena. Nesse quadro conflituoso, entram ainda usinas e plantações de cana de açúcar⁴ (heranças da monocultura açucareira) que compõem outros fatores complexos do processo de colonização e de seus desdobramentos na região.

A pesquisa que procuro apresentar teve início efetivo em 2010 a partir de um projeto contemplado com recursos do Edital 03/2009 do CNPq. Tratava-se de levantar e reconhecer imagens pré-existentes produzidas nestas áreas, bem como hábitos de cultura visual presentes nas cidades e nas áreas rurais, indígenas ou não. Esse tipo de exploração leva a constituir o que chamei provisoriamente de um “campo imagético”, a partir do qual exercícios etnográficos são experimentados numa conjugação metodológica que busca articular, principalmente, técnicas advindas dos campos de estudos da antropologia visual e da história oral. A produção de novos materiais que envolvam linguagens visuais é a meta desejável em termos do retorno da pesquisa às populações envolvidas, as quais necessariamente tomam parte neste processo de produção de conhecimento (que se aproxima do que tem sido

² Segundo o Jornal *A União*, em 1932, já havia um total de 14 mil operários (Vale, 2012:74). No censo de 1950, a população de Rio Tinto era de 18.774 habitantes (Gunn; Correia, 2002:143). No censo por municípios de 2010 constam 22.947 hab., destes, 2.378 se declararam indígenas (IBGE, 2012).

³ “[...] por estas bandas, somente existiam caboclos doidos comedores de caranguejos crus [...] Esse serviço de agenciadores, não era nada mais, nada menos, do que alguns homens que saíam por este mundo afora a convidar o povo para vir receber emprego em Rio Tinto. (...)” (Fernandes, 1973:36-37). Comedor de Caranguejo é uma possível tradução para o etnônimo Potiguara.

⁴ Entre 1981 e 1985 a Cia. de Tecidos de Rio Tinto vendeu milhares de hectares de terras para usinas e destilarias em expansão sob o impacto do Programa Nacional do Alcool – PROÁLCOOL, instituído em 1975 (Panet, 2002:39).

chamado de “antropologia compartilhada”, “pesquisa participativa” ou “pesquisa colaborativa”).

Percursos em direção à formação de acervos para pesquisa

As notas a seguir dão uma ideia de alguns passos do percurso seguido até agora, que resultou na formação de um acervo relativamente extenso, do qual tomo apenas os materiais diretamente ligados aos índios Potiguara. Experiências e imagens relacionadas principalmente a seis aldeias (São Francisco, Três Rios, Ibyquara, Jaraguá, Silva de Belém e Monte-Mór) são a base as reflexões desenvolvidas na pesquisa, que busca analisar as diferentes intenções e posições dos realizadores, o nível de envolvimento ou participação dos sujeitos enfocados, o financiamento e o destino das imagens produzidas como também dados acerca dos variados contextos de recepção destas imagens nas áreas envolvidas.

O fato do município de Rio Tinto possuir áreas indígenas Potiguara em seu território levou a perspectivas de abordagem das imagens a partir destes moradores em especial, o que inclui a busca de fotografias e hábitos visuais junto deles próprios, particularmente na aldeia Monte-Mor, situada em área urbana. Fotografias e imagens históricas dos Potiguara também foram levantadas. Neste caso vale ressaltar a diversidade, a quantidade e a dispersão de fotografias e filmagens, na medida em que pesquisadores, ativistas, viajantes e outros praticaram a fotografia nas áreas indígenas durante permanências com durações variáveis.

Atualmente diversos índios produzem imagens e postam em redes sociais e programas de compartilhamento de vídeos como o *Youtube*. A pesquisa pode também acompanhar o processo de reivindicação étnica por parte dos Tabajara (litoral sul da Paraíba). Em termos de imagens foi apoiada a iniciativa dos líderes indígenas no sentido de constituírem um acervo próprio de suas mobilizações políticas. Geralmente as mobilizações são filmadas com câmeras simples, às vezes celulares, sendo posteriormente compartilhadas em rede. Um dos sites em que se constatam participações de índios Potiguara é o <www.indiosonline.net>, gerido por lideranças de várias etnias.

Em abril de 2012 ocorreu uma exposição de fotografias, vídeos e artefatos indígenas na Estação Ciência, Cultura e Artes Cabo Branco. Contou com diferentes fotógrafos e artistas e representou um avanço notável no que diz respeito à visibilidade das duas etnias atualmente reconhecidas na Paraíba (Potiguara e Tabajara). Iniciativa da FUNAI junto às instituições públicas do estado, a exposição mobilizou aldeias, escolas e o público paraibano. Foram

registradas cenas da participação do público durante a exposição, bem como de todas as fotografias expostas, com vistas à análise destas imagens no contexto da pesquisa. Nos anos seguintes, outras exposições foram também observadas, como também seus desdobramentos, como, por exemplo, a ocupação da reitoria da UFPB em 2014 após a exposição “Séculos indígenas no Brasil” (também realizada na Estação Ciência, Cultura e Artes Cabo Branco).

Outra frente de trabalho da pesquisa voltou-se para os arquivos da antiga superintendência regional da FUNAI em João Pessoa (hoje reestruturada com outra denominação). Fotografias publicadas e colecionadas através de recortes de jornais impressos entre 1987 e 2000 apresentam elementos para uma análise de como esse tipo de mídia impressa visualizou, ao longo dos anos, as mobilizações indígenas. Além disso, interessa saber como os sujeitos indígenas são representados nas imagens e nas legendas veiculadas junto àquelas.

Por duas ocasiões em 2011 e 2012 foi possível acompanhar as festividades da comemoração do dia do índio na aldeia São Francisco, considerada pelos índios como “aldeia mãe” dos Potiguara. Em 2013 pude observar a comemoração numa aldeia menor de nome Ibyquara. Em 2011 e em 2013 produzi principalmente fotografias e em 2012 filmagens, todas incorporadas ao acervo da pesquisa. Nessas ocasiões foi possível observar a concorrência de diferentes agentes (governo, prefeitura, universidades, escolas, ONGs, etc.) na articulação de alianças para reivindicações indígenas, além do uso de câmeras pelos mais diversos sujeitos, inclusive indígenas.

Outra frente de análise se concentra nas imagens publicadas em livros e outros trabalhos sobre os Potiguara, desde dissertações a cartilhas de ensino. Em 2011 foi lançado o livro *Índios na visão dos índios: Potiguara* (Gerlic e Zoettl, 2011), com textos e fotografias produzidos a partir de um projeto da ONG *Thydewa* sediada em Pernambuco. No ano seguinte foi lançado um livro com centenas de tomadas do fotógrafo Juan Soler, *Paraíba Potiguara* (Soler, 2012), com um texto introdutório de Lusival Barcelos, autor de Tese sobre educação e religiosidade entre os Potiguara. As imagens deste livro, por sua qualidade estética e documental alcançaram grande visibilidade, sendo inclusive veiculadas em outros eventos promovidos pelo governo do estado da Paraíba.

Outras imagens dos Potiguara, produzidas pela antropóloga Sylvia Caiuby Novaes em 1981 durante estadia na aldeia São Francisco, foram por ela cedidas para esta pesquisa e passaram a tomar parte no acervo digital em formação. Estas imagens históricas apresentam

cenar cotidianas e personagens como o Cacique Severino Fernandes (falecido em fins de 2012), um dos responsáveis pelo movimento que levaria à demarcação definitiva da Terra Indígena Potiguara da Baía da Traição.

Um material imagético de singular relevância foi cedido ao acervo pelo ex-funcionário da FUNAI e ativista de direitos indígenas José Humberto Costa Nascimento. Ele atuou a favor dos Potiguara durante os anos 80, quando produziu documentação fotográfica e audiovisual acerca da auto-demarcação das terras. Em 2011, estabeleci contato com o mesmo (por email) e expus as linhas gerais das pesquisas que vinha realizando no Campus IV da UFPB, ao que ele se prontificou em ceder o material imagético que ficara guardado na residência de sua mãe em Brasília.

Trata-se de centenas de slides e negativos, bem como dezenas de rolos de filme em bitola super-8 e em outros formatos. O material teve entrada no Laboratório em 13 de março de 2012 e encontra-se preservado em processo de digitalização. Nesse período, o retorno de José Humberto à terra indígena Potiguara, acolhido pela aldeia Lagoa do Mato até dezembro de 2012, possibilitou que o mesmo produzisse novas imagens, além de rever seus velhos conhecidos dos anos oitenta.

No entanto, sua presença na área indígena foi questionada por diversas lideranças indígenas. Contestaram seu direito de produzir imagens e mesmo de permanecer na área, bem como reclamaram a devolução de imagens de suas famílias. Seu envolvimento voluntário numa retomada de terras ao norte culminou numa audiência pública na qual seu uso da câmera (ele filmava a audiência) foi publicamente contestado, ao tempo em que sua permanência na área havia sido posta em causa. O caso e seus desdobramentos merecerão ainda uma análise mais cuidadosa.

Achava-se relativamente dispersa a documentação videográfica produzida no âmbito do SEAMPO/UFPB (Setor de Apoio aos Movimentos Populares) por ocasião dos processos de demarcação das Terras Indígenas Potiguara nas últimas décadas (90 e 2000). Cedidas pelos Profs. Estevão Palitot e Lusival Barcellos (ambos realizaram pesquisas na área), cerca de sessenta e oito fitas de VHS trazem memórias das mobilizações indígenas Potiguara e dos trabalhos do SEAMPO, especialmente Na aldeia de Monte-Mor, situada em Rio Tinto.

Desta forma, um extenso campo imagético foi constituído e nos serve agora de base para análises, reflexões e novos períodos de trabalho de campo, reexaminando e refletindo estas imagens sob a luz da participação direta dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Mais de

cinquenta por cento deste material já foi digitalizado⁵ e parte dele foi disponibilizada para uma escola indígena local. Os atuais desafios se concentram na manutenção e gestão do acervo constituído, tanto quanto na reelaboração destes materiais à luz da constituição de uma memória coletiva Potiguara, cujo mérito principal reside na possibilidade de contribuição aos processos de fortalecimento cultural e de administração de conflitos.

Continuidade da pesquisa imagética: *Memórias retomadas*

Outro projeto, contemplado pelo Edital 43/2013 do CNPq⁶, direcionou o estudo das imagens já reunidas para o esclarecimento das transformações sócio-históricas ocorridas bem como para o fortalecimento dos processos identitários em curso. Foi a chance de dar continuidade aos trabalhos de formação de acervo e de pesquisa que já estavam em curso. Foram justamente imagens pré-existentes tomadas em Monte-Mór, nos anos de 2002 e de 2004, que serviram de base para uma das frentes abertas na pesquisa, a qual resultou na montagem do vídeo *Memórias retomadas*⁷, lançado em agosto de 2015.

Neste vídeo, índios das aldeias de Monte-Mór e do Alto do Tambá, nas cidades de Rio Tinto e Baía da Traição (Paraíba, Brasil), narram as memórias de suas lutas recentes pela própria terra e refletem sobre o sentido das imagens fílmicas. O filme demonstra a articulação de narrativas em torno da demarcação da Terra Indígena Potiguara de Monte-Mór e de seu líder, o Cacique Vado (1945-2004), com base na recuperação de uma memória visual referente aos índios Potiguara. Encontra-se dividido em três partes principais: abertura, sessões de vídeo-elicitação (com fragmentos de uma entrevista com o Cacique Vado) e, por fim, o cortejo fúnebre por ocasião do falecimento do Cacique.

O ponto a ser enfatizado aqui está no fato de que o trabalho de edição para o filme constitui uma etapa efetiva da pesquisa imagética. Foi justamente durante as (re)análises das imagens do acervo, cotejadas às análises das sessões de vídeo-elicitação realizadas ao longo da pesquisa de campo, que o roteiro de edição de *Memórias Retomadas* foi gradativamente construído. A decisão de incluir, na abertura do vídeo, fragmentos dos diversos diálogos, dos quais emergiam condições para o avanço no conhecimento dos assuntos abordados, foi um

⁵ Diversos alunos de iniciação científica (PIBIC) foram colaboradores nos procedimentos de organização e digitalização: Danilo Alex de Farias, Marianna Queiroz Araújo, Caio Nobre Lisboa, José Muniz Neto e Guilherme Monteiro.

⁶ Acervos, memórias e Antropologia Visual: diálogo e conhecimento das imagens na região de Rio Tinto-PB (2013-2015), com apoio do CNPq, edital 43/2013 – Ciências Humanas.

⁷ Disponível em: <<https://vimeo.com/136785686>>. Acesso em 30 de outubro de 2015.

momento do próprio processo de edição (análise), assim como outras decisões relativas à estrutura da narrativa do vídeo.

A divisão que se verifica, após a abertura, entre duas partes principais foi, por sua vez, decorrente da própria natureza do material videográfico reunido no acervo da pesquisa, compartilhado em sessões de elicitación, e reanalisado na edição: uma entrevista com o Cacique (de 2002) e a filmagem de sua cerimônia mortuária, dois anos depois (em 2004). A interação com os sujeitos a partir do acervo (em sessões de elicitación), num primeiro momento, e a posterior elaboração do argumento⁸ do filme com base na experiência surgida das elicitaciones. Foram estes os passos principais, em sentido colaborativo, para a elaboração do roteiro, o qual, por sua vez, surgiu gradativamente da experiência de (re)analisar o conjunto das imagens já na mesa de edição.

Um roteiro pré-concebido poderia também dar conta de contar a mesma história (ou ao menos uma história semelhante). Mas aí o vídeo não seria mais a expressão da própria experiência de pesquisa com imagens, seria antes a expressão de um arranjo mais linear de seus resultados. Outras duas características do vídeo merecem atenção neste sentido: o uso de letreiros e a justaposição de tomadas num mesmo plano. No primeiro caso indica-se de modo recorrente a referência da imagem mostrada em relação ao acervo da pesquisa. No segundo caso demonstra-se que uma imagem passa a (re)existir quando alguém chega a visualizá-la e que há imagens dentro de imagens num “fluxo” ou “correnteza” (Flusser, 2008:23) contínuos. Contar, pois, a história da pesquisa com base nesse tipo de edição implica em avançar no movimento de desnaturalização das imagens.

Uma vez admitida a ideia de que toda imagem técnica é necessariamente um duplo, uma duplicação, uma expressão de reprodutibilidade, torna-se possível conceber um tipo de edição de vídeo que não pretenda reforçar no espectador a sensação de olhar o mundo real através da janela da imagem. Ao contrário, nesse tipo de análise e de edição propõe-se que as imagens sejam percebidas todo o tempo por aquilo que são, precisamente: imagens. Com elas, reconhecidas em sua dimensão simbólica tanto quanto experiencial, torna-se possível reunir as aparições de vivos e mortos, na forma de personagens do vídeo, num mesmo plano, lado a lado. As notas seguintes procuram apresentar alguns elementos teóricos que fundamentaram as escolhas de edição operadas e o resultado finalmente obtido com o processo de edição do vídeo.

⁸ Chamo de “argumento” a ideia original, ainda vagamente estruturada, que motiva a realização do filme e a estruturação e elaboração do roteiro de edição.

Notas para o estudo das imagens: linguagens, fluxos e dialógica

Caminhar nessa direção, isto é, no sentido de admitir a complexidade da edição de imagens, implica em questionar a divisão entre linguagem (como mero veículo) e conhecimento (como produto do pensamento). Implica, efetivamente, na apropriação e no exercício de uma linguagem que pensa, a qual não se desprende de seu complemento verbal (escrito ou sonoro), embora vá muito além dele. O tipo de pensamento que tal linguagem permite expressar é algo que muitos cineastas provavelmente já experimentaram. Mas o resíduo e o impensável que as imagens encerram, para além das possibilidades de articulação de sentidos, também precisam ser equacionados nesse caminho. A reflexão escrita acumulada no campo da antropologia visual (Ferraz e Mendonça, 2014), aliada às experiências efetivas com o uso de imagens (Samain, 1998), são decisivas para tomar tal direção.

Expressar numa linguagem verbo-visual a visão complexa que a antropologia tem das realidades sócio-culturais constitui o desafio mais geral. Desafio que foi enfrentado pelo menos desde Malinowski (Samain, 1995) e de Mead e Bateson (Samain, 2004; Mendonça, 2005). Mas na articulação etnográfica das questões da memória coletiva com o trabalho de formação de acervos descortina-se uma possibilidade de conhecimento particularmente promissora. Essa etnografia das memórias visuais se vale de uma série de referências integradas e atualizadas, como as técnicas de elicitação (Banks, 2009), o método da “análise fotográfica” (Mead; Bateson, 1942) bem como as reflexões propostas por Claudine de France (France, 1998) sobre as relações entre “observação diferida”, “pesquisa prévia” e “descrição verbal”, para repensar o legado das produções visuais em nossas sociedades.

Entende-se pois, como pressuposto teórico-metodológico, uma concepção abrangente da imagem como processo de conhecimento, concebido principalmente a partir do campo da antropologia visual. Há que se notar, por outro lado, o potencial interdisciplinar da fundamentação teórica da pesquisa imagética. Longe de serem apenas testemunhos de acontecimentos passados, ilustrações ou meios de entretenimento, diversão ou recordação, as imagens são concebidas como elementos centrais na pesquisa, análise e apresentação de resultados.

A problemática relativa às relações inter-étnicas, por exemplo, constitui a motivação e a referência de uma boa parte dos itens dos acervos imagéticos constituídos. A pesquisa com imagens, portanto, vai além do uso de câmeras para observar ou registrar um (ou mais) assunto(s) num contexto etnográfico a ser analisado e interpretado de acordo com teorias

estabelecidas. Trabalhar com imagens no campo da antropologia visual significa, nesse sentido, estar mergulhado num universo mais amplo de imagens:

(...) O gesto produtor de imagens não se nutre apenas com as visões que o produtor tem da circunstância, mas igualmente com a visão que o produtor tem de imagens feitas anteriormente. Toda imagem produzida se insere necessariamente na correnteza das imagens de determinada sociedade (...). (Flusser, 2008:23)

As contribuições de Vilém Flusser podem ser situadas no âmbito das fronteiras entre antropologia, comunicação e filosofia. A importância dada às “imagens feitas anteriormente”, no entanto, não deixa de incluir as chamadas “imagens tradicionais”. Esse tipo de preocupação com as imagens já existentes vai remeter a um passado ainda mais distante, por exemplo, se tomarmos por base uma reflexão proposta pela pesquisadora Sylvia Caiuby Novaes. Ela se dirige ao questionamento dos diferentes “olhares [voltados] ao mundo do outro”, não só àqueles forjados de dentro da própria disciplina antropológica, mas também outros olhares: dos pintores, viajantes, fotógrafos, cineastas, etc.:

Pensar a antropologia visual no Brasil é, a meu ver, pensar a construção de uma área de conhecimento em nossa disciplina que se debruça sobre a (re)visão (e o termo não é mera coincidência, pois implica não apenas a análise dessas imagens como a sua produção) de quatro séculos e meio de imagens sobre nosso país. (...) (Caiuby Novaes, 2010:458)

Mas como conceber a antropologia visual a partir de um conjunto tão extenso de produções imagéticas e de naturezas tão variadas, sem correr o risco de constituir um campo infinitamente extenso? Nosso projeto se limitou, efetivamente, a um período mais recente (três a quatro décadas), dentro do qual foram produzidas as imagens específicas (fotografia, cinema em super8 e vídeo em vários formatos) que compõem nossos acervos. Tenta-se, a partir daí, conceber a etnografia também como exercício de comunicação e como relação dialógica, condições efetivas de possibilidade do conhecimento etnográfico.

Se essa direção nos leva ao encontro de uma possível etnografia da memória visual coletiva, é imprescindível, nesse sentido, uma atenção à dimensão ética da abordagem. A preocupação que motiva o questionamento da relação entre pesquisador e sujeitos pesquisados é bastante cara ao exercício da antropologia, disciplina que não raras vezes se pôs a serviço da administração de colônias, concebida e desenvolvida a partir do universo do conquistador anglo-europeu.

Nossa reflexão sobre a abordagem etnográfica procura, portanto, incorporar a crítica à vocação colonialista da própria disciplina antropológica. Primeiramente, a condição dialógica do conhecimento antropológico se coloca aqui como um pressuposto básico, a partir do qual propõe-se adensar a discussão sobre o lugar da imagem na relação entre pesquisador e sujeitos pesquisados. Esta concepção acerca do conhecimento diz respeito não apenas à antropologia, mas às ciências humanas em geral:

(...) Qualquer objeto do conhecimento, incluindo o homem, pode ser percebido e conhecido a título de coisa. Mas o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado a título de coisa porque, como sujeito, não pode, permanecendo sujeito, ficar mudo; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser dialógico. (...) (Bakhtin, 1992:403).

Aposta-se, aqui, conseqüentemente, na ideia de “compreensão da perspectiva como ‘voz’”, concebida como parte das mudanças que tiveram lugar nas etnografias contemporâneas, segundo George Marcus:

Tais mudanças decorrem de uma sensibilidade aguda voltada para a apreensão das dialógicas, de todo o conhecimento antropológico, que têm sido transformadas e ofuscadas pelos processos complexos da escrita (que dominam a elaboração de projetos etnográficos desde o campo até o texto) e das relações diferenciais de poder que dão a forma final aos meios e modos de representação do saber. (...) (Marcus, 1991:207-208).

Na confluência com as possibilidades oferecidas pela rede mundial de computadores, as imagens suscitam ainda outras inúmeras reflexões, seja do ponto de vista ético, ou seja, quanto à própria elaboração da experiência etnográfica e de suas dimensões narrativa, interpretativa e autoral.

(...) Ressalta-se, dentre muitas reflexões, aquela sobre o processo de organização de dados etnográficos a partir de sua numerização (a digitalização, com a redução do dado a um código numérico binário), como forma de registro documental, de um lado, e de outro, os modos de resgate, em termos da dinâmica de tal reapresentação, na forma virtual, na tela de um computador. (...) (Eckert; Rocha, 2006:32).

O conhecimento finalmente produzido pode e deve ser acessível como prolongamento da comunicação ou diálogo inicialmente estabelecido no campo de pesquisa.

Nas obras de antropólogos – como na do francês Jean Rouch⁹ – encontram-se elementos importantes para pensar o estatuto da imagem como forma de conhecimento

⁹ Para muitos antropólogos, as experiências com o cinema etnográfico realizadas por Jean Rouch entre os anos 60 e 70 antecipam as discussões que tanto afetaram as tendências teóricas contemporâneas. Ver, por exemplo, o artigo de Renato Stutzman (Stutzman, 2004) ou o livro de Marco Antonio Gonçalves (Gonçalves, 2008).

antropológico no sentido proposto aqui. A conclusão de seu artigo publicado em 1975 é clara no sentido de que o uso da câmera favorece a crítica das assimetrias (visão do sujeito pesquisado como objeto) nas relações que condicionam o processo de conhecimento. Propõe, assim, sua visão quanto ao futuro da antropologia visual: “(...)Então o antropólogo não vai mais monopolizar a observação da cultura do outro. Ao invés disso, ele e sua cultura serão também observados e registrados. Nesse sentido, o filme etnográfico ajudará a compartilhar a antropologia.” (Rouch, 1975:102, tradução do autor)

Não parece haver dúvida, enfim, de que o trabalho com imagens em antropologia compreende potencialmente a tarefa de expandir os limites restritos do saber acadêmico. Objetivo que se realiza, pouco a pouco, nas diferentes interações motivadas pelas imagens na pesquisa. É por onde a memória visual coletiva dos Potiguara se estabelece como um campo específico de pesquisa, aberto a múltiplos engajamentos, desde a universidade, onde fica nosso Laboratório de Antropologia Visual, às aldeias, de onde vem muitos de nossos estudantes e para onde vamos, com eles, exercitar novos sentidos da experiência etnográfica com imagens.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. 1992. Observações sobre a epistemología das ciencias humanas. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: MartinsFontes.

BANKS, Marcus. 2009. *Dados visuais para pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. 2010. O Brasil em imagens: caminhos que antecedem e marcam a antropologia visual no Brasil. In: MARTINS, C. B. e DUARTE, L. F. D. (Coords.) *Horizontes das ciências sociais no Brasil: Antropologia*. São Paulo: Discurso Editorial/ANPOCS, p.457-487.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. 2006. Antropologia nas interfaces no mundo do hipertexto. In: *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro: Contra-Capa, nº 22, vol.1, pp.27-44.

FERNANDES, João Batista. 1973. *Rio Tinto o extinto*. Rio Tinto.

FERRAZ, A. L. e MENDONÇA, J. M. (orgs.). 2014. *Antropologia visual: perspectivas de ensino e pesquisa*. Brasília: ABA. Disponível em: <<http://www.narua.uff.br/images/Livro-Antropologia-Visual.pdf>>. Acesso em: 20/09/2016.

FLUSSER, Vilém. 2008. *O universo das imagens técnicas*. São Paulo: Annablume.

FRANCE, Claudine de. 1998. *Cinema e Antropologia*. Campinas: Unicamp.

GONÇALVES, Marco Antonio. 2008. *O real imaginado*. Rio de Janeiro: Topbooks.

GERLIC, Sebastián e ZOETTL, Peter Anton (orgs.). 2011. *Índios na visão dos índios: Potiguara*. Salvador: Thydêwá.

GUNN, Philip e CORREIA, Telma de B. 2002. “O hábitat operário no nordeste industrial: os núcleos fabris de Paulista e Rio Tinto”. In PANET, A. et al. *Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano*. João Pessoa: UNIPÊ, p. 137-161.

IBGE. 2012. *Os indígenas no censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.

MARCUS, George. 1991. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, nº 34, pp.197-221.

MEAD, Margaret and BATESON, Gregory. 1962. *Balinese Character. A Photographic Analysis*. New York: Special Publications of New York Academy of Sciences, vol. 2 (original de 1942).

MENDONÇA, João Martinho de. 2005. *Pensando a visualidade no campo da antropologia: reflexões e usos da imagem na obra de Margaret Mead*, Campinas, Tese de Doutorado (IA-Unicamp).

MOONEN, Frans. 1986. “História da Conquista do Território Potiguara: 1500 a 1985” in *Cadernos Paraibanos de Antropologia*, nº 2, João Pessoa, UFPB, pp. 83-102.

_____. 1992. “Os Índios Potiguara da Paraíba”. In: MOONEN, F. e MAIA, Luciano M. (Orgs.) *Etnohistória dos Índios Potiguara*. João Pessoa, Procuradoria da República na Paraíba / Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba.

PALITOT, Estevão. 2005. *Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: História, Etnicidade e Cultura*, Dissertação de Mestrado, PPGS (UFPB-UFCG).

PANET, Amélia. 2002. “Rio Tinto: história, arquitetura e configuração espacial”. In PANET, A. et al. *Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano*. João Pessoa: UNIPÊ, p. 17-63.

ROUCH, Jean. 1975. The câmera and man. In: HOCKINGS, P. (ed.) *Principles of visual anthropology*. The Hague: Mouton, p. 83-102.

SAMAIN, Etienne. 1998. “No fundo dos olhos: os futuros visuais da antropologia” in *Cadernos de Antropologia e Imagem 6. Imagens diversas*, Rio de Janeiro, PPCIS/UERJ/NAI, pp. 141-158.

_____. 2004. “*Balinese Character* (re)visitado. Uma introdução à obra visual de Gregory Bateson e Margaret Mead” in ALVES, André. *Os Argonautas do Manguê*, Campinas, Editora Unicamp/ Imprensa Oficial, pp. 15-72.

_____. 1995. “‘Ver’ e ‘dizer’ na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia” in Eckert, Cornélia e Godolphin, Nuno. (orgs.) *Horizontes Antropológicos. Antropologia Visual*, Porto Alegre, PPGAS/UFRGS, nº 2, pp. 19-48.

SOLER, Juan. 2012. *Paraíba Potiguara/* Juan Soler e Lusival Barcellos. João Pessoa: UFPB.

SZTUTMAN, Renato. 2004. Jean Rouch: um antropólogo-cineasta. In: NOVAES, SylviaCaiuby et al. (Orgs.). *Escrituras da Imagem*. São Paulo: FAPESP/EDUSP, p. 49-62.

VALE, Eltern Campina. 2012. Da aldeia da preguiça à ativa colmeia operária: o processo de constituição da cidade-fábrica Rio Tinto - Parahyba do Norte – 1917-1924. *Revista Crítica Histórica*, Ano III, Nº 5, Julho.